



FLORESTA ÁGUA e CLIMA

BOAS PRÁTICAS NOS BIOMAS BRASILEIROS



Organizadores:
Eliane Beê Boidi
Liliane Lacerda
Murilo Fernandes Cassilha

FLORESTA, ÁGUA e CLIMA

BOAS PRÁTICAS NOS BIOMAS BRASILEIROS

ORGANIZADORES:

ELIANE BEÊ BOLDRINI
LILIANE LACERDA
MURILO FERNANDES CASSILHA

1ª Edição



CURITIBA - PR
ADEMADAN
2015

Copyright © 2015

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.
É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios, sem autorização
prévia, por escrito, dos autores.

Capa, Diagramação e Arte Final
Devanil Alves de Oliveira vanilartes@gmail.com

F634f Floresta, água e clima: boas práticas nos biomas
brasileiros / organizadores: Eliane Beê Boldrini; Liliane
Lacerda; Murilo Fernandes Cassilha. - 1ª ed. – Antonina :
ADEMADAN, 2015.
266p. : il. 21cm

ISBN 978-85-60764-07-5

1. Gestão ambiental. 2. Biomas. 3. Biodiversidade. 4.
Ecossistemas. I. Boldrini, Eliane Beê (org.). II. Lacerda,
Liliane (org.). III. Cassilha, Murilo Fernandes. (org.). V.
Título.

CDD: 574.5

Sumário

CAPÍTULO I - BIOMA AMAZÔNIA

• Centro Oeste

Projeto Pacto das Águas.....	16
Projeto Poço de Carbono Juruena.....	19

• Norte

Projeto Florestas de Valor.....	29
Projeto Horizonte Verde.....	32
Projeto Raízes do Purus.....	35
Projeto Semeando Sustentabilidade.....	39
Viveiro Cidadão.....	42

CAPÍTULO II - BIOMA CAATINGA

• Nordeste

Projeto Bioágua Familiar.....	48
Projeto de Olho na Água.....	56
Matas da Encantada Jenipapo-Kanindé.....	59
Projeto Renas-Ser	
Projeto Vale Sustentável.....	78

CAPÍTULO III - BIOMA CERRADO

• Centro Oeste

Projeto Pé de Cerrado.....	92
Projeto Preserve e Sustente.....	109
Projeto Semeando o Bioma Cerrado.....	118

CAPÍTULO IV - MATA ATLÂNTICA

• Centro Oeste

Projeto Plantadores de Água.....	128
----------------------------------	-----

• Nordeste

Projeto Agroloresce.....	132
Projeto Águas da Bahia.....	136
Projeto Floresta Sustentável.....	140

• **Sudeste**

Projeto Cuidando das Águas.....	143
Projeto Guapiaçu Grande Vida.....	146
Projeto Juçara.....	153
Projeto Mata Ciliar.....	157
Projeto Plantando Águas.....	165
Projeto Semeando Água.....	170
Projeto Tecendo as Águas	185
Projeto Verde Novo.....	188

• **Sul**

Projeto Carbono Social em Rede	191
Projeto Ar, Água e Terra	202
Projeto Araucária.....	211
Projeto Lagoas Costeiras.....	215
Projeto Rio Tigre	222
Projeto RAPPs.....	226
Projeto Tecnologias Sociais para Gestão da Água	242...
Relação das Raízes com a Atividade Biológica em Diferentes Sistemas de Uso do Solo, no Município de Antonina - Paraná	245.....

CAPÍTULO V - ECÓTONO DE TRANSIÇÃO ENTRE OS BIOMAS

• **Nordeste**

Projeto Semeando Águas no Paraguaçu.....	250
Projeto Águas do São Francisco	254

• **Centro Oeste**

Projeto Berço das Águas	258
Projeto Ilhas Verdes.....	262

• **Sudeste**

Projeto Cascata Realiza	272
-------------------------------	-----

Projeto Pacto das Águas:

Gestão territorial e sustentabilidade para os povos da floresta na Amazônia Meridional: Noroeste de MT e Leste de RO

André Alves imprensa@pactodasaguas.org.br

Plácido Costa placidocostamt@gmail.com

Bioma Amazônico, Aripuanã, Juína, Juara e Rondolândia (MT) / Ji-Paraná e Alta Floresta do Oeste (RO)

Realização: Pacto das Águas - Elaboração e Desenvolvimento de Projetos Sócio Ambientais - www.pactodasaguas.org.br



I. Introdução

Nesta fase (2013-2016), o Pacto das Águas é desenvolvido em parceria com as associações indígenas dos povos Cinta Larga, Gavião, Arara, Tupari, Makurap e Aruá, Rikbaktsa e dos seringueiros da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt, envolvendo mais de mil pessoas diretamente e cerca de 11 mil, de forma indireta. A Fundação Nacional do Índio (Funai), Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (Sema) e cooperativas como a Cooperativa dos Produtores Rurais Organizados para Ajuda Mútua (Coocaram) também são parceiras nessa iniciativa.

O projeto Pacto das Águas teve seu início em 2006, quando um grupo de povos indígenas, agricultores familiares e seringueiros do noroeste da Amazônia mato-grossense se uniu para buscar alternativas ao modelo de desenvolvimento na região, calcado na expansão do desmatamento por meio da atividade agropecuária ou madeireira. As alternativas buscadas sempre estiveram pautadas no uso sustentável da floresta e no fortalecimento da coesão social.

Desde então, o projeto, que está em sua terceira fase com patrocínio da Petrobras, por meio do Programa Petrobras Socioambiental, vem apoiando os povos indígenas e seringueiros em sua organização social, nos processos de capacitação e na estruturação do sistema de coleta, seleção, armazenamento e comercialização de castanha-do-Brasil, também conhecida como castanha-da-Amazônia e, principalmente, como castanha-do-Pará. A castanheira foi escolhida para ser o carro-chefe do projeto por ser uma espécie já conhecida e manejada por todos os grupos da região.

A castanheira também simboliza a preocupação com a conservação das águas e florestas, a partir do fortalecimento e a valorização de outras atividades tradicionais como a caça e a coleta de plantas e frutos. Isso acontece porque, para fazer o manejo

lorestal sustentável dos castanhais nativos, é preciso que os povos façam o mapeamento das áreas de maior ocorrência dos castanhais. Esse conhecimento se transforma em um importante instrumento de gestão ambiental em Terras Indígenas.

O projeto também apoia o manejo da seringueira e o artesanato (joias da loresta) e pretende incluir outros produtos lorestais não-madeireiros com potencial de renda, como o óleo de copaíba.

Os grupos que participam do projeto estão situados na região noroeste de Mato Grosso e leste de Rondônia, com uma área total de 170.797.749 Km², a extensão da área de abrangência equivale ao Estado do Acre, com uma população de 550 mil habitantes.

Apesar de ainda estar no arco do desmatamento, essa região apresenta grandes maciços lorestais, com grande diversidade biológica e cultural. Inserida no chamado corredor Tupi Mondé, apresenta um conjunto de treze Terras Indígenas com 12 sociedades: Rikbaktsa, Arara, Gavião, Cinta-Larga, Suruí, Tupari, Makurap e Aruá, Nambikwara, Enawene-Nawê, Manoki e Myky, somando uma população de aproximadamente 11.000 pessoas, distribuídas em quase 120 aldeias. Além desses grupos, há na região populações tradicionais como os seringueiros da ResexGuariba-Roosevelt.

II. Metodologia

Desde seu início, o Pacto das Águas sempre trabalhou com povos que se identificassem com os propósitos do projeto, na necessidade de encontrar, ou melhorar, iniciativas sustentáveis de desenvolvimento, a partir do manejo da castanha-do-Brasil, área do conhecimento de maior expertise da equipe do projeto tanto em boas práticas, como em arranjos institucionais e acesso a mercados locais, regionais ou nacionais que operam sob a ótica do comércio justo.

Os representantes das associações, cheias tradicionais das aldeias e os agentes ambientais indígenas garantem canais de interlocução e adesão social da proposta. Periodicamente são realizados encontros de avaliação e planejamento com os grupos parceiros.

Como a região já conta com uma série de instituições patrocinadas pela Petrobras e apoiadas por outras agências, além da estruturação das cadeias produtivas da castanha-do-Brasil e borracha natural, enquanto estratégia de combate ao desmatamento, está na consolidação de um arranjo institucional para o fortalecimento de redes e constituição de um programa regional de desenvolvimento sustentável.

Além da FUNAI e da SEMA-MT outro importante parceiro é a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que por meio do seu Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tem sido um importante aliado para ajudar a diminuir a presença de atravessadores.

A replicabilidade é outra linha-mestra do projeto, que nasceu a partir do Projeto de Conservação da Biodiversidade e Uso Sustentável das Florestas do Noroeste de Mato Grosso, desenvolvido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA), com o apoio técnico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre os anos de 2003 e 2009.

O sucesso dessa experiência se deu, em boa parte, pela eleição de uma atividade econômica tradicional - a extração de castanha-do-Brasil. Isso permitiu que esses grupos "migrassem" do sistema tradicional de aviação para uma forma de gestão que pudesse conferir maior autonomia na cadeia produtiva com melhores condições de manejo e comercialização. Como consequência, outros grupos da região despertam o interesse em participar desse trabalho.

Enquanto estratégia de replicabilidade e difusão dessa experiência, o projeto está apoiando, em parceria com outras instituições, a constituição de um espaço de negócios dos povos da loresta, dando novas oportunidades ao acesso a mercados e preços justos para os povos da região. É importante ressaltar que esta proposta tem sinergia com as diretrizes das políticas



do governo federal de apoio à estruturação das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e com a política de gestão ambiental em Terras Indígenas e pode ser uma importante referência para a implementação destas propostas.

III. Resultados

A parceria do projeto Pacto das Águas com a Petrobras, que está em seu oitavo ano, ajudou a gerar mais de R\$ 5 milhões para seringueiros e indígenas de Mato Grosso e Rondônia, a partir do manejo e comercialização de duas mil toneladas de castanha-do-Brasil e 90 toneladas da seringa (matéria-prima para a fabricação da borracha), além do artesanato.

Somente nesta nova fase do projeto, que teve início em dezembro de 2013, o Pacto das Águas já apoiou a produção de 650 toneladas de castanha e 30 toneladas de látex. Para o armazenamento da produção foram construídos ou reformados 33 barracões com capacidade de armazenagem de 300 toneladas e instaladas 40 mesas de secagem das castanhas em casca.

Mais importante que esses números é o fato de o projeto ajudar a diminuir o êxodo de populações tradicionais e indígenas, pelo fato de haver possibilidades de emprego e renda a partir de atividades sustentáveis.

O manejo lorestal não-madeireiro também fortalece a segurança das terras além de inibir a entrada de atividades ilícitas por terceiros, como o garimpo e a extração madeireira. Ou seja, além de evitar o desmatamento das áreas de produção sustentável, também foi fortalecida a organização política e social dos índios e seringueiros.

IV. Conclusão

Nesses oito anos de trabalho, com algumas conquistas, aprendizados e muitos desafios, algumas lições simples acreditamos puderam contribuir em muito para a construção e o processo de consolidação (ainda em curso) dessa iniciativa.

Uma questão importante do início deste trabalho foi a de não vir com soluções prontas e/ou externas para a solução de problemas locais. Na Amazônia, infelizmente há uma coleção desse tipo de iniciativas que não obtiveram êxito. Normalmente, quando do insucesso dessas ações, a responsabilidade é facultada aos povos, considerados tão-somente beneficiários e, portanto, passivos no processo de avaliação e escolha, ao invés de parceiros numa troca de conhecimentos tradicionais e técnicos para, primeiro, se entender o problema sobre diferentes pontos de vista e, assim, construir soluções.

Isso decorre, muitas vezes, da “miopia” das equipes externas, que não consideram as formas de organização próprias, signos e simbologias desses povos, não levando a sério a questão da “alteridade”, ou seja, não atentam para as diferenças culturais presentes nesse tipo de relação.

Nessa perspectiva, a atividade castanheira já era uma solução potencial, portanto, bastou que a equipe pudesse enxergar isso. Tradicional destes povos, a atividade na esfera dos grupos familiares já era praticada nos sistemas de extrativismo e aviamento clássicos, realizadas de forma geral, porém, com baixo nível de organização comunitária, qualidade e com exploração de atravessadores.

Num diálogo entre conhecimentos, foi construída outra via, mediante a transição para sistemas de manejo e planos de negócios. Isso oportunizou um fortalecimento das formas tradicionais de organização social, bem como das associações e, com isso, o êxito local da proposta e a sua replicabilidade junto a outros povos a partir de soluções construídas com os mesmos.

V. Referências Bibliográficas

- FANZERES, A.** *Pacto das Águas – Construindo caminhos de sustentabilidade na Amazônia. Teoimagem, Aripuanã-MT, 2013*
- REIS, E.** *Cadeia extrativa da castanha-da-Amazônia: análise sob a perspectiva das redes sociais. 2014. 77p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho.*